

Superior Tribunal de Justiça

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.082 - SC
(2019/0144410-1)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
REQUERENTE : LEONI DA SILVA NUNES
ADVOGADO : JONATAS RAUH PROBST E OUTRO(S) - SC017952
REQUERIDO : CAIXA SEGURADORA S/A
**ADVOGADO : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE016983**

DECISÃO

Por meio da Petição nº 00502728/2019 (e-STJ, fl. 821), LEONI DA SILVA NUNES requer o sobrestamento do julgamento em virtude da pendência de deliberação desta Corte Superior sobre o CC nº 140.456/RS.

O pedido, no entanto, não comporta deferimento.

Primeiro, porque, no presente agravo em recurso especial, diferentemente do que ocorre no aludido conflito de competência, não está em discussão a vinculação do contrato ao FCVS, nem o interesse da Caixa Econômica Federal no feito e o seu consequente ingresso no pólo passivo da demanda.

Depois, porque, de acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, a competência interna desta Corte é de natureza relativa, razão pela qual a prevenção ou a prorrogação apontada como indevida deve ser suscitada até o início do julgamento, sob pena de preclusão, nos termos do art. 71, § 4º, do RISTJ.

Logo, já tendo sido julgado o presente agravo em recurso especial em decisão proferida por este Relator, cabe, nos termos do art. 1.021 do NCPC, ao *respectivo órgão colegiado* o julgamento do agravo interno interposto.

Nessas condições, **INDEFIRO** o pedido de sobrestamento formulado.

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator